ANDRESSA LOLI BAZO

**Leis do Cárcere e Inclusão Social:
uma análise institucional do discurso de uma facção**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Alvino Augusto de Sá

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

ANDRESSA LOLI BAZO

**Leis do Cárcere e Inclusão Social:
uma análise institucional do discurso de uma facção**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação do Prof. Dr. Alvino Augusto de Sá.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo - SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Bazo, Andressa Loli

Leis do Cárcere e Inclusão Social : uma análise institucional do discurso de uma facção / Andressa Loli Bazo ; orientador Alvino Augusto de Sá -- São Paulo, 2017.

110

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Execução Penal. 2. Facções. 3. Pertencimento. 4. Subjetividade. 5. Análise Institucional do Discurso. I. Sá, Alvino Augusto de, orient. II. Título.

Nome: BAZO, Andressa Loli

Título: Leis do Cárcere e Inclusão Social: uma análise institucional do discurso de uma facção

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus avós, que, em sua simplicidade, transcendem sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Durante minha trajetória acadêmica, várias pessoas cruzaram o meu caminho e, direta ou indiretamente, influenciaram as páginas que compõem este trabalho. Eu não seria capaz, contudo, de me recordar de cada uma delas, de modo que registro aqui minha gratidão a todas àquelas que, mesmo sem serem nomeadas, não passaram despercebidas.

Das pessoas que eu jamais poderia deixar de mencionar, agradeço, em primeiro lugar, àquele que mais diretamente tornou possível a realização desse sonho. Ao meu orientador, professor Alvino Augusto de Sá, por confiar no meu trabalho e estimular a minha reflexão, mas, sobretudo, pela inspiração.

À Marlene Guirado, que me acolheu em sua casa como uma de suas orientandas, por me ajudar a construir um roteiro de entrevista e, mais que isso, um roteiro de pesquisa. A ela, o meu muito obrigada por toda supervisão.

À Ana Gabriela Mendes Braga, pelas valiosas contribuições em meu exame de qualificação.

Ao professor Sérgio Salomão Shecaira e a Bruno Shimizu, por aceitarem compor a banca de defesa desse trabalho.

Ao Dr. Murilo Andrade de Oliveira, por autorizar a realização da pesquisa nas unidades prisionais do Maranhão.

À Odaíza Moura Gadelha Neta, por viabilizar a realização da pesquisa, pela generosidade com que me acolheu em São Luís e pela sabedoria com que me auxiliou na compreensão das especificidades locais.

Agradeço ainda a toda a equipe da Secretaria Adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária, em especial ao Paulo e à Elaine, pela atenção e cuidado.

Agradeço ao Secretário Adjunto de Administração, Logística e Inovação Penitenciária e ao Secretário Adjunto de Segurança Penitenciária, pelas informações concedidas.

A todos os diretores, técnicos e agentes de segurança que tive a oportunidade de conhecer, pela paciência e solicitude.

Ao Marcos Robson Travassos do Nascimento, pela dedicação e pela confiança. Suas contribuições foram determinantes para os rumos do trabalho.

Ainda em terras ludovicenses, agradeço ao Hélder, pela atenção e gentileza, e ao Ariston, pelas valiosas informações.

Aos entrevistados, por terem aceitado falar comigo ainda que em meio a condições adversas. Agradeço pela atenção e, sobretudo, pela confiança.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão de bolsa e reserva técnica. Agradeço também ao parecerista anônimo que, com suas preciosas observações, permitiu que este trabalho fosse aperfeiçoado.

Ao grupo de orientação de Guirado, pela leitura cuidadosa e pelas preciosas sugestões.

À Giovanna e ao Zé Tiago, por compartilharem comigo os desafios da AID.

Às coordenadoras adjuntas do Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade (GDUCC), pelo companheirismo. A elas, toda a minha admiração. Em especial, à Tássia, que me acolheu em terras paulistanas e me apresentou o universo mítico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e à Natália, Jéssica e Mônica, por todo o apoio e carinho.

Ao Emerson, meu primeiro interlocutor, que me ajudou a sair do lugar comum.

Ao professor Alamiro Velludo Salvador Netto, por me aceitar como monitora de suas disciplinas na graduação e permitir que eu experienciasse a docência.

À Dalva e à Marcela, pela sensibilidade e doçura com que sempre me atenderam na secretaria do DPM.

Ao professor Alexandre Ribas de Paulo, que me introduziu na Criminologia, por instigar meu interesse pelo universo acadêmico e me estimular a seguir carreira como docente e pesquisadora.

À Andressa, Valine e Fernanda, pela amizade. Essa palavra dispensa maiores explicações.

À Cláudia, pelos ensinamentos e pela atenção desmedida.

Ao Dr. André Luiz Rabelo Melo, por me apresentar a uma linguagem mais virtuosa. Sua vocação para a defesa e sua dedicação ao serviço público se tornaram motivos de grande admiração.

Aos meus pais, pelo suporte emocional e financeiro sem os quais eu não teria conseguido chegar até aqui. A eles, devo todas as minhas conquistas. Desfrutar do amor que me dedicam é um verdadeiro privilégio.

Ao meu irmão, por fazer contraponto ao meu jeito de pensar. Apesar da distância, sua leveza nunca me abandonou.

Aos meus avós, pelas orações e pela ternura. A eles, devoto o que há de melhor em mim.

À minha família, em especial ao meu tio Beto e minhas primas Mayumi e Thiemy, que me socorreram nos momentos mais difíceis.

Ao Felipe, por me amparar, quando pensei que não tinha mais forças para seguir adiante. Por mergulhar comigo no universo desconhecido da análise do discurso. Por acompanhar diariamente o meu percurso e ser motivo do meu progresso. Mais concretamente, por ler com carinho e cuidado cada página dessa dissertação.

“O sentido é, em si mesmo, inacessível ao conhecimento, uma vez que a condição de todo conhecimento é uma análise, seja qual for sua natureza.”

(Louis Hjelmslev, 1961)

RESUMO

BAZO, Andressa Loli. *Leis do Cárcere e Inclusão Social: uma análise institucional do discurso de uma facção*. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

No cenário das práticas prisionais institucionalizadas, a coexistência de mecanismos repressivos emanados pelas instâncias oficiais de controle e de dispositivos disciplinares manipulados pelas facções tem sido amplamente discutida na literatura acadêmica. A maioria dos autores sustenta que, apesar de haver uma relação de cooperação entre esses dois polos normativos, a facção seria formada por uma complexa rede de solidariedade. A partir desse panorama, o objetivo dessa pesquisa é compreender as representações das relações de pertencimento para os membros de uma facção. Desde a formulação de seus objetivos, a pesquisa vale-se da estratégia metodológica da análise institucional do discurso. Esse método permitiu configurar os lugares assumidos e atribuídos pelos faccionados nas relações tecidas entre esses atores institucionais. O processo analítico evidenciou cinco categorias temáticas centrais. Nestas, atentou-se às regularidades e às singularidades produzidas na construção da cena discursiva e aos efeitos de reconhecimento e de desconhecimento da relatividade das práticas institucionais. Observou-se como a subjetividade se produz na constante tensão entre o assujeitamento à ordem institucional e a resistência a essa mesma ordem. O estudo aponta para os jogos de força, poder e verdade negociados entre o pertencimento e o aprisionamento.

Palavras-chave: Execução Penal. Facções. Pertencimento. Subjetividade. Análise Institucional do Discurso.

ABSTRACT

BAZO, Andressa Loli. *Laws of Imprisonment and Social Inclusion: an institutional discourse analysis of a faction*. 2017. 110 f. Dissertation (Master) - Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

In institutionalized prison practices scenario, the coexistence of repressive mechanisms emanating both from the official jurisdictions of control and from disciplinary devices manipulated by factions has been widely discussed in academic literature. Most authors argue that, even though a cooperative relationship between these two normative ends exists, the faction would be formed by a complex solidarity network. From this perspective, the aim of the present work is to understand what the relations of belongingness represent to the members of a given faction. Since the formulation of its objectives, this research has been based on the methodological strategy of institutional discourse analysis. Such methodology enabled the outlining of the positions held and assigned by the factions in the relationships between these institutional actors. The analytical process revealed five main thematic categories. In these, the regularities and singularities produced by the construction of the discursive scene as well as the effects of awareness and unawareness of institutional practices relativity were taken into consideration. The ways in which the subjectivity takes place in the constant tension between institutional order submission and the resistance to that same order were observed. The study calls attention to the games of strength, power and truth negotiated between belongingness and imprisonment.

Keywords: Sentence Executing. Factions. Belongingness. Subjectivity. Institutional Discourse Analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - A FACÇÃO COMO OBJETO DOS DISCURSOS ACADÊMICOS	13
1.1 FORMAS E CONTORNOS DE UM FENÔMENO EM MUTAÇÃO	14
1.2 A IDENTIDADE DO PRESO NAS TRINCHEIRAS DA FACÇÃO	20
CAPÍTULO 2 - MÉTODO.....	35
2.1 ANÁLISE INSTITUCIONAL DO DISCURSO	37
2.2 A PESQUISA SOB O CRIVO DA ANÁLISE INSTITUCIONAL DO DISCURSO	52
CAPÍTULO 3 - <i>CORPUS</i> DISCURSIVO E SUA ANÁLISE.....	56
3.1 VIDA, CRIME E PRISÃO: OCASIÃO PARA O FORTUITO	65
3.2 LINGUAGEM E SEPARAÇÃO	71
3.3 SUJEITO-FACÇÃO: A QUESTÃO DO PERTENCIMENTO.....	77
3.4 O LUGAR DA (IN)JUSTIÇA.....	85
3.5 A FACÇÃO COMO PRISÃO	93
3.6 MANOEL: RETRATO DE UMA METAMORFOSE.....	98
CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS.....	108

INTRODUÇÃO

A prisão tem ocupado o lugar de objeto de muitas pesquisas, que procuram desvendar sua história e as práticas que a constituem. Dentro desse universo, a experiência e a literatura especializada têm demonstrado que a exclusão social e a vulnerabilidade do indivíduo constituem uma das causas da criminalização de comportamentos socialmente problemáticos e um dos efeitos do cumprimento de pena privativa de liberdade. Atuando num círculo vicioso, esses elementos manteriam o funcionamento do sistema de justiça criminal.

Junto às práticas punitivas institucionalizadas, teriam sido sedimentados agrupamentos de indivíduos que formaram aquilo a que se pode denominar facção. As relações entre seus membros configuram o objeto dessa pesquisa. Coloca-se em foco, então, a identidade e reconhecimento do preso na facção. A pergunta que se estabelece é: como os faccionados se percebem, como eles concebem seu lugar nas relações vividas?

Nesse cenário, o objetivo dessa pesquisa é identificar como o faccionado organiza, quanto às imagens que constrói em seu discurso, a expectativa institucional a respeito de seu lugar na facção, assim como quais as conotações das relações de pertencimento para ele. Em outras palavras, a finalidade dessa pesquisa reside em evidenciar como se fazem as relações entre os participantes de uma facção, identificando os lugares que vão sendo assumidos e atribuídos por esses atores institucionais, conforme o que está reconhecido e desconhecido no/pelo discurso.

A estratégia de pensamento que orienta a pesquisa é a da análise institucional do discurso. A análise busca uma compreensão da rede invisível, simbólica e imaginária que sustenta o cenário das relações entre faccionados. Trata-se de um estudo do pertencimento no modo como aparece no discurso daqueles que fazem a facção. O pertencimento como estruturado nas representações da relação tal como veiculadas no discurso; as representações como constituídas no conjunto das relações concretamente vividas, a partir de uma ordem simbólica de lugares atribuídos e assumidos.

Desse modo, as relações entre aqueles que fazem as facções são entendidas como práticas institucionais e seus membros como atores que organizam essas práticas. A partir dessa perspectiva, busca-se identificar como, no discurso, se configuram as pertenças às práticas da facção por aqueles que as fazem.

Procede-se a uma análise do modo de organização das representações no discurso, ou melhor, das cenas legitimadas na fala daqueles que constroem o objeto dessa instituição em toda a ambiguidade de seus sentidos. Visa-se, com isso, uma compreensão dos vínculos de pertencimento reconhecidos ou representados como possíveis nas falas daqueles que fazem a facção, pressupondo que efeitos de reconhecimento e desconhecimento se constroem no conjunto das relações instituídas. Vínculos tal como imaginados pelas que fazem a facção, no dia-a-dia dessa instituição.

Nesse horizonte, a dissertação é dividida em três capítulos. O primeiro capítulo traz uma revisão bibliográfica do tema. São apresentadas pesquisas que versam sobre prisão e facção, buscando, com isso, construir o "estado da arte". Essas pesquisas não são colocadas, entretanto, como alvo da análise do discurso. No segundo capítulo, são apresentados os conceitos que orientam a análise institucional do discurso, ou melhor, os operadores da análise. São eles: discurso, instituição, análise e sujeito. No terceiro capítulo, são conduzidas as análises das entrevistas realizadas individualmente com seis faccionados, procurando identificar o lugar que eles se veem ocupando nas relações instituídas e a imagem que eles constroem da facção no/pelo discurso.

CONCLUSÃO

Em nossa revisão da literatura sobre o tema, identificamos que a maioria dos discursos acadêmicos converge em suas conclusões, atribuindo às facções uma posição de controle sobre a população encarcerada. A facção desenvolveria com o Estado uma relação simbiótica que daria sustentação para o equilíbrio de poder no governo da massa. Nesse arranjo, o controle teria sido multiplicado, depositando sobre o preso fortes exigências, que atingiriam as mais íntimas esferas do comportamento. Assim, se por um lado a organização de coletivos prisionais poderia evitar que ao indivíduo fosse impingida uma identidade institucionalizada, por outro, teria conformado sua subjetividade em outros estereótipos.

Apresentado um panorama minimamente representativo dos mais difundidos esforços acadêmicos, procuramos, com nossa pesquisa, compreender os laços de pertença entre membros de uma facção por meio de uma análise institucional do discurso dos próprios faccionados. Amparados por essa estratégia de pensamento e buscando suspender as teorias professadas, visamos identificar como se fazem as relações dentro de uma facção.

Pela rede de relações imaginárias construídas pelo discurso, conseguimos identificar que o faccionado vê a facção a partir da função que exerce no contexto desta instituição. Nos discursos dos entrevistados, função significa atribuição, compromisso ou responsabilidade. A função parece instaurar uma relação de confiança. Se o sujeito tem atributos suficientes para dar conta daquela função, se ele é imbuído daquela função, é porque teria competência para tanto. Isso parece gerar nos faccionados uma sensação de que ele não é descartável, ou melhor, de que ele compõe a trama que sustenta as relações de poder da facção. Se a facção funciona, é porque ele tem uma função, uma atividade valorada pelos irmãos.

A linguagem empregada pelos entrevistados permite marcar a separação de duas comunidades discursivas. Trata-se de um indício que nos faculta afirmar que, de fato, existe um vínculo com o coletivo prisional. Isto fica ainda mais evidente pelo uso do pronome pessoal na primeira pessoa do plural. O "nós" concretiza o vínculo com a facção.

A legitimidade de que goza a facção torna difícil, para o faccionado, perceber sua relatividade. O faccionado reconhece a sua função dentro da facção, ao mesmo tempo em que desconhece esse lugar como relativo, como construído historicamente. Ele não

percebe, com isso, as suas contradições, sempre presentes no jogo de forças das práticas instituídas. Desse modo, as concepções acerca do pertencimento são naturalizadas e as intervenções da facção sobre o faccionado são validadas.

A análise institucional do discurso dos faccionados apontou ainda que suas histórias de vida são atravessadas pelo conflito com a justiça, de forma que não há, na fala de qualquer deles, narrativas que não estejam permeadas pela história de vida no crime. Além disso, a prisão, na fala dos entrevistados, aparece como uma contingência em sua trajetória de vida fora da lei. Isto é, a prisão não marca um rompimento. Pelo contrário, ela parece fazer parte da ordem natural das coisas.

Finalmente, a facção é retratada por alguns dos entrevistados como a legítima e verdadeira prisão. É ela que demarca limites, que impõe encargos e condiciona o futuro. Aliás, a facção antecede a prisão e figura como continuidade desta. As relações entre faccionados parecem ser forjadas muito antes da prisão se transformar em palco de suas histórias de vida, estendendo-se no tempo e no espaço. Isto nos permite pensar que, em meio a relações de poder e resistências, os faccionados se percebem aprisionados pelo conflito com a lei. A facção atravessa essa relação e institucionaliza a prisão. Os laços deixam de ser concebidos como de pertencimento, para ocuparem um lugar de acorrentamento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Elementos para uma análise da prática institucional. In: GUIRADO, Marlene. *Psicologia Institucional*. 2. ed. São Paulo: E.P.U., 2004. p. 87-103.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. In: *Criminologia y Sistema Penal*. Buenos Aires: B de F, p. 376-393, 2004. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13248-13249-1-PB.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2014.

BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. *A identidade do preso e as leis do cárcere*. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. 2011. 386 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FOUCAULT, Michel, *A arqueologia do saber*. 8. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22 ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 39. ed. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 8 ed. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GUIRADO, Marlene. *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade*. 2009. 316 f. Tese de Livre Docência - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo,

São Paulo, 2009.

_____. A clínica psicanalítica como análise do discurso. In: GUIRADO, Marlene; LERNER, Rogério. *Psicologia, pesquisa e clínica: por uma análise institucional do discurso*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2007. p. 195-222.

_____. Clínica e transferência na sombra do discurso: uma analítica da subjetividade. *Psicologia USP* [online]. 2015, v. 26, n. 1, p. 108-117. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n1/0103-6564-pusp-26-01-00108.pdf>> Acesso em: 24 jun 2017.

_____. *Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

_____. Prefácio. In: GUIRADO, Marlene; LERNER, Rogério. *Psicologia, Pesquisa e Clínica: por uma análise institucional do discurso*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2007.

_____. *Psicanálise e análise do discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico*. São Paulo: Summus, 1995.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MACEDO, Lino de. Prefácio. In: GUIRADO, Marlene. *Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. A análise do discurso e suas fronteiras. Tradução Décio Rocha. *Matraga*, Rio de Janeiro, n. 20, v. 14, p. 13-37, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga20/artigos.html>>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. *Análise de textos de comunicação*. 3. ed. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Tradução Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

_____. Sobre o Discurso e a Análise do Discurso. In: GUIRADO, Marlene. *A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com aulas de Dominique Maingueneau*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Centro

Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

ROULAND, Norbert. *Nos confins do direito*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e Estrutura Social*. 2. ed. Tradução Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal*: proposta de um modelo de terceira geração. São Paulo: RT, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada. In: SOUTO, Claudio; FALCÃO, Joaquim (Org.). *Sociologia e Direito*. São Paulo: Pioneira, 1980. p. 107-117.

SHIMIZU, Bruno. *Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas*: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas. São Paulo: IBCCrim, 2011.

VANDERLINDEN, Jacques. Return to legal pluralism: twenty years later. *The journal of legal pluralism*, n. 28, p. 149-157, 1989.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. “Crime organizado”: uma categorização frustrada. *Discursos Sediciosos*: crime, direito e sociedade, Rio de Janeiro: Relume Dumará, n. 1, p. 45-67, 1996.